

Transporte aquaviário movimentou 1,82 milhão de toneladas

Cabotagem garante escoamento da produção e abastecimento de insumos

Divulgação/MPor



O desempenho da cabotagem na região reflete o avanço de políticas públicas

A cabotagem no Nordeste movimentou 1,82 milhão de toneladas em janeiro, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos. A movimentação foi liderada pelo estado do Maranhão (1,24 milhão de toneladas), seguido pela Bahia (1,14 milhão), Pernambuco (1,07 milhão) e Ceará (892 mil toneladas).

Entre os produtos mais transportados estão petróleo bruto (950 mil toneladas), bauxita (875 mil toneladas), derivados de petróleo sem óleo bruto (867 mil toneladas) e contêineres (613 mil toneladas), essenciais para o fornecimento de energia, sustentar a indústria regional e garantir o abastecimento de bens estratégicos à população do Nordeste.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, o avanço da cabotagem na região demonstra como a navegação marítima contribui para o desenvolvimento econômico. “O avanço da navegação marítima no Nordeste fortalece a indústria local, gera emprego e renda, reduz custos logísticos e garante mais segurança no abastecimento. Além disso, amplia a integração entre os estados e conecta a produção regional a

mercados estratégicos no Brasil e no exterior”, afirmou.

Ao concentrar grandes volumes no transporte marítimo, a cabotagem também ajuda a equilibrar a matriz de transportes, reduzindo a dependência das rodovias e ampliando a segurança no fluxo de mercadorias estratégicas para a população e o setor produtivo.

O desempenho da cabotagem na região reflete o avanço de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da navegação entre por-

tos brasileiros. Entre as principais iniciativas está o Programa BR do Mar, do Ministério de Portos e Aeroportos, que reorganizou o setor, trouxe maior clareza nas regras e ampliou a segurança jurídica para investidores e operadores logísticos.

Instituído por lei em 2022, o BR do Mar tem como objetivo ampliar a oferta de embarcações, incentivar a concorrência e criar novas rotas de transporte marítimo, tornando a cabotagem mais competitiva em relação a outros

modais logísticos. A iniciativa também estimula investimentos privados e o desenvolvimento da indústria naval, além de permitir maior flexibilidade na utilização de embarcações, contribuindo para a expansão da frota disponível no país.

Segundo o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier, “com regulação clara, planejamento estratégico e incentivos consistentes, o governo cria segurança jurídica, fortalece a integração entre os estados e

amplia a eficiência da navegação aquaviária, tornando-a um instrumento confiável de política pública para o abastecimento, a logística e a gestão de recursos estratégicos do país”.

Com a expansão das rotas e o aumento da movimentação entre portos, a cabotagem se consolida como alternativa estratégica para fortalecer a integração logística do Nordeste e do Brasil. Atualmente, esse tipo de transporte representa cerca de 11% da carga total movimentada no país e apresenta tendência de crescimento nos próximos anos, impulsionada pela redução de custos logísticos e pela ampliação da oferta de serviços.

Além da eficiência operacional, a navegação de cabotagem também apresenta vantagens ambientais, já que o transporte marítimo emite menos poluentes em comparação ao modal rodoviário e contribui para a redução do número de caminhões em longas distâncias. Esse movimento favorece a diminuição de custos operacionais e amplia a segurança nas rodovias.

A expectativa do Governo Federal é de que, com a continuidade das políticas públicas e o amadurecimento do setor, a navegação marítima amplie ainda mais sua participação na matriz.

Nordeste registra alta na construção

Roberto Dziura Jr.



O acumulado no trimestre ficou em 2,15%

O Índice Nacional da Construção Civil (SINAPI) avançou 0,37% em março de 2026, ficando 0,14 ponto percentual acima da taxa de fevereiro (0,23%). O acumulado dos últimos doze meses foi de 6,73%, resultado pouco acima ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores (6,71%). No ano, o índice avança 2,15%. A taxa de março também se manteve próxima em relação a março de 2025 (0,35%). Os dados foram divulgados hoje (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O custo nacional da construção, por metro quadrado, que em fevereiro fechou em R\$ 1.925,08, passou em março para R\$ 1.932,27, sendo R\$ 1.089,78 relativos aos materiais e R\$ 842,49 à mão de obra.

A parcela dos materiais apresentou variação de 0,43%, subindo tanto em relação a fevereiro (0,36%), quanto a março do ano passado (0,35%), 0,07 e 0,08 ponto percentual respectivamente.

Já a parcela da mão de obra foi de 0,31%, registrando alta de 0,25 ponto percentual quando comparada a fevereiro (0,06%), influenciada pela captação de reajustes salariais decorrentes de dissídios coletivos. Em relação a março do ano anterior (0,36%), houve queda de 0,05 ponto percentual. Os acumulados do pri-

meiro trimestre de 2026 foram: 1,06% para a parcela de materiais e 3,60% para a parcela de mão de obra. Em 12 meses, a parcela de materiais subiu 4,45% e a de mão de obra, 9,89%.

A Região Nordeste, com alta em todos os estados, com destaque para Paraíba e Bahia, influenciados pelo reajuste nas ca-

tegorias profissionais, ficou com a maior variação regional em março, 0,95%. As demais regiões apresentaram os seguintes resultados: 0,16% (Norte), 0,14% (Sudeste), 0,03% (Sul) e 0,25% (Centro-Oeste).

O gerente da pesquisa, Augusto Oliveira, explica que os profissionais da construção

civil têm anualmente seus salários reajustados por acordos coletivos homologados entre sindicatos dos trabalhadores e da patronal do setor da construção. “Com um peso em torno de 40% no custo agregado do SINAPI, a parcela da mão de obra com um reajuste que atinge todos os profissionais em um mesmo momento tem grande influência na variação do custo por metro quadrado calculada nos estados. Apresentando este quadro, o estado da Bahia registrou a maior taxa para o mês de março, 2,16%”.

Sobre o Sinapi

Criado em 1969, o Sinapi tem como objetivo a produção de informações de custos e índices de forma sistematizada e com abrangência nacional, visando a elaboração e avaliação de orçamentos, como também acompanhamento de custos. A próxima divulgação do Sinapi está prevista para 12 de maio.